

PAN-AFRICANISMO E DIÁSPORA

ADI, Hakim. *Pan-Africanismo: Uma história*. Salvador: Edufba, 2022. 444 p.

A maioria dos intelectuais que lidam de alguma forma com o Pan-Africanismo concorda que sua forma moderna começou com a Conferência Pan-Africana realizada em Londres, em 1900. No entanto, poucos, sejam do campo da história ou não, chegaram a um consenso sobre o que exatamente é o Pan-Africanismo, e o que ele não é.¹ Hakim Adi foi o primeiro historiador afro-britânico a se

tornar professor de história no Reino Unido e é um ativo defensor do ensino de história da África e da diáspora no Reino Unido.² A obra aqui resenhada vem recebendo traduções nos mais variados idiomas. Em pouco mais de quatrocentas páginas, a edição brasileira conduz o público leitor de forma erudita e bem referenciada através das principais ideias e da rica história do movimento, abarcando uma periodização que vai desde o abolicionismo do século XVIII até a formação da União Africana (UA) no novo milênio.

Logo em sua introdução, Adi contesta o uso da expressão “internacionalismo negro”, que ele vê como uma linguagem da academia dos EUA utilizada como alternativa ao

1 Entre outros: Philippe Decraene, *Le Panafricanisme*, Paris: Presses Universitaires de France, 1959; Adekunle Ajala, *Pan-Africanism: Evolution, Progress and Prospects*, London: Harper Collins, 1973; Imanuel Geiss, *The Pan-African Movement*, London: Methuen and Co. Ltd., 1974; Ras Makonnen, *Pan-Africanism from within*, Nairobi, Oxford University Press, 1973; Colin Legum, *Pan-Africanism: a Short Political Guide*, New York: Frederick A. Praeger, 1962; Peter Olanwuche Esedebe, *Pan-Africanism: the idea and the movement, 1776-1963*, Washington, D. C.: Howard University Press, 1982.

2 Tiffany Florvil, “The Young Historians Project in Britain: an Interview with Hakim Adi”, *Black Perspectives*, 8 abr. 2017, 

Pan-Africanismo (p. 42). Sobre essa disputa aparentemente nominativa, o autor se lança em um breve debate com Brent Hayes Edwards, que, por sua vez, recorreu às reflexões de George Shepperson a fim de pensar uma categoria analítica que desse sentido à ampla experiência de solidariedade negra vista a partir de uma perspectiva transnacional. Em seus estudos, Edwards buscou, através do conceito de internacionalismo negro, teorizar as dinâmicas dos usos³ e da prática⁴ da diáspora, para além do conceito de Pan-Africanismo. Para Adi, contudo, este é o termo preferido, pois representa uma criação orgânica da militância (p. 42).

Segundo o autor, o Pan-Africanismo possui duas vertentes principais, historicamente constituídas. A primeira forma emerge durante a diáspora, ou no período do tráfico transatlântico de pessoas, que marca, para Adi, a origem do fenômeno; sua forma mais recente emerge no contexto da luta anticolonial, posteriormente ao

ano de 1945, acentuando seu caráter continental e revolucionário. Ainda de acordo com o autor:

Antes do aparecimento efetivo de conceitos como pan-africano e Pan-Africanismo no final do século 19, houve vários esforços organizados por africanos na diáspora durante o século 18 com o objetivo de união para combater o racismo e lutar pelo fim do sequestro e tráfico de africanos ou de auto-organização para retornarem ao continente africano (p. 45).

Desta maneira, Adi apresenta, em seu primeiro capítulo, iniciativas e figuras importantes para a formação das ideias pan-africanas entre os séculos XVIII e XIX. Olaudah Equiano, Martin Delany, Edward W. Blyden e James Africanus Horton recebem destaque. Também articula as origens e os precursores das ações e do pensamento pan-africano aos movimentos antiescravagistas, antirracistas e de repatriação ao continente africano no século XVIII; ao desenvolvimento da vida associativa e religiosa pelos africanos no continente africano e nas Américas; e às lutas de libertação dos africanos escravizados, sobretudo durante a Revolução Haitiana (1791-1804). Adi reconhece a importância da

3 Brent Hayes Edwards, "The Uses of Diaspora", *Social Text*, v. 19, n. 1 (2001), pp. 45-73.

4 Brent Hayes Edwards, *Practice of Diaspora: Literature, Translation and the Rise of Black Internationalism*, Cambridge: Harvard University Press, 2003.

Associação Pan-Africana (*Pan African Association*) na criação do movimento em sua face moderna e no estabelecimento dos termos pan-africano e Pan-Africanismo, a partir da organização da Conferência Pan-Africana, em Londres, no ano de 1900. O autor reúne uma série de informações importantes a respeito da participação feminina na criação da Associação Pan-Africana e na organização da Conferência Pan-Africana, em 1900. Alice Victoria Kinloch, da África do Sul, tem seu papel destacado. Além de Kinloch, Adi nomeia outras mulheres que tiveram participação na Conferência contribuindo para uma historiografia comprometida com a devida inclusão de nomes femininos que participaram ativamente na construção do movimento pan-africano.

No segundo capítulo, que trata do Pan-Africanismo e do Garveyismo, o autor narra a importância de uma rede pan-africana que se consolida ao longo dos primeiros quinze anos do século XX, e que contou com a ativa participação de indivíduos e organizações formadas ainda no século XIX. Esta rede, por sua vez, é articulada para além da figura de W. E. B. Du Bois e da ocorrência do primeiro Congresso

Pan-Africano, em 1919. Essa narrativa apresenta um percurso alternativo à definição feita por George Shepperson, a respeito do conceito de Pan-Africanismo, em 1960.⁵ Ainda na introdução, Adi afirma que utiliza o termo “para incluir todas as ideologias e movimentos que têm no centro a noção de unidade e avanço da África e da sua diáspora” (p. 41). Dessa forma, o autor não vê razão para adotar a proposta feita por George Shepperson, de que o Pan-Africanismo com letra maiúscula deveria se referir, basicamente, aos eventos organizados sob a liderança de W.E.B. Du Bois (1868-1963); e, por outro lado, o pan-Africanismo, grafado com um “p” minúsculo, seria uma variedade de movimentos menos reconhecíveis, muitos deles efêmeros e com relevância ou predominância (mas não exclusividade) do elemento cultural. A partir desta lógica, tanto a *Négritude* francófona ou o próprio Garveyismo não estariam dentro da definição da vertente com ‘P’ maiúsculo. Basicamente, na argumentação de Shepperson, o limite entre pan-africanismo e Pan-Africanismo seria a ausência de relações orgânicas

5 George Shepperson, “Pan-Africanism and ‘Pan-Africanism’: some Historical Notes”, *Phylon*, v. 23, n. 4 (1962), pp. 346-358, [doi](#)

entre a “ideia” e movimentos institucionalizados. A sugestão inicial de Shepperson, portanto, é que melhor seria utilizar a categoria geral *all-African* em lugar de *Pan-African* para compreender tais iniciativas mais variadas.⁶ Adi, por seu turno, acredita que o “Pan-Africanismo pode ser visto mais proveitosamente como um rio, com muitos fluxos e correntes” (p. 41). Deste modo, o conceito de Pan-Africanismo assume uma perspectiva ampla e elástica, nomeando tanto o movimento em si – com suas vertentes e tendências – quanto as ideias e práticas históricas mais diversas.⁷

Ao articular no capítulo os conceitos de Pan-Africanismo e Garveyismo (que também é o título do segundo capítulo), Adi reconhece as especificidades e as particularidades do movimento fundado por Marcus Garvey (que, diga-se de passagem, nunca se reivindicou nomeadamente pan-africano e, inclusive, mobilizava-se na direção contrária aos passos de W.E.B. Du Bois), nomeando-o enquanto tal. Contudo, fornece a compreensão de que a práxis e a

atuação do líder e de seu movimento aproximaram-se, em alguns aspectos, da política pan-africana e do movimento de Du Bois dos Congressos Pan-Africanos, como, por exemplo, quando peticionou junto à Liga das Nações a criação de um Estado negro independente na África, em 1928 e 1931 (p. 95). Esse capítulo é bem elucidativo a respeito da importância do Garveyismo e de seu impacto na diáspora negra, bem como do papel de liderança exercido por Marcus Garvey durante sua vida. Adi conclui o capítulo apontando para as apropriações posteriores feitas por ‘outros pan-africanistas’, como George Padmore e Kwame Nkrumah, do legado de Marcus Garvey e afirma que o Garveyismo “continua a ser uma tendência influente do Pan-Africanismo, especialmente na diáspora africana (p. 95)”.

No terceiro capítulo, o autor apresenta o papel e o impacto de W. E. B. Du Bois e dos quatro Congressos Pan-Africanos das décadas de 1910 e 1920, apontando para a importância desses eventos no estabelecimento da ideia do Pan-Africanismo, da consolidação das redes pan-africanas e da mobilização de ativistas da diáspora.

6 Shepperson, “Pan-Africanism”, p. 346.

7 Esedebe, *Pan-africanism*.

Entretanto, conclui destacando a baixa representatividade de organizações do continente africano nesses fóruns, a baixa adesão e apoio de organizações afro-americanas, além de indicar a existência de críticas a respeito da moderação das proposições dos congressos e do movimento liderado por Du Bois. Tais críticas, por sua vez, não são referenciadas ou desenvolvidas no livro, deixando o público leitor sem saber ao certo quais atores ou organizações produziram tais críticas. As linhas finais deste capítulo informam que Marcus Garvey foi o principal pan-africanista da época.

O capítulo quatro examina as interações entre o Pan-Africanismo e o movimento comunista internacional, o *Comintern*. O capítulo se inicia apontando que tanto o Pan-Africanismo de Garvey como o de Du Bois foram criticados por indivíduos envolvidos de alguma forma com o comunismo revolucionário, tanto na África quanto na diáspora. Esse capítulo é uma síntese do que pode ser lido em outra obra de fôlego de Hakim Adi, *Pan-Africanism and Communism: The Communist International, África and*

the Diaspora 1919-1939,⁸ publicada originalmente em 2013 e traduzida para o espanhol em 2023 em Havana pela Bellaterra Ediciones. O capítulo apresenta informações amplamente referenciadas e eruditas a respeito do papel exercido pelo movimento comunista internacional e pelos comunistas negros no desenvolvimento de um novo Pan-Africanismo, que emerge no período entreguerras. Nesse capítulo, Hakim Adi apresenta diversas informações a respeito de uma rede que se constrói no período entreguerras e que será fundamental para a criação de um novo Pan-Africanismo de influência marxista durante a década de 1930, que alcançou seu apogeu com a convocação do Congresso Pan-Africano de Manchester em 1945.

O capítulo cinco se concentra nas articulações dos movimentos políticos e culturais anticoloniais gerados por intelectuais africanos e caribenhos que viviam em Paris. Adi aponta que a *Négritude* pode ser considerada meramente a forma cultural francófona do Pan-Africanismo, indicando seu impacto na diáspora negra, mais

8 Hakim Adi, *Pan-Africanism and Communism: the Communist International, Africa and the Diaspora, 1919-1939*, New Jersey: African World Press, 2013.

especificamente em Cuba, Brasil e países lusófonos da África. O sexto capítulo oferece um relato de como a invasão italiana da Etiópia em 1935 proporcionou maior sinergia entre os protestos anticoloniais e anti-imperialistas, ou, de acordo com o autor, protestos pan-africanos na África e na diáspora. O capítulo sugere que nesse momento emergiu um Pan-Africanismo militante que, baseado nas redes construídas sobretudo por militantes negros do comunismo internacional, culminaria no Congresso de Manchester, em 1945. Adi reúne valiosas referências de eventos, indivíduos e ideias que apontam para como o pensamento negro teorizou e construiu, naquela época, uma práxis de massas internacional. O livro constrói de maneira concisa, porém bem documentada e referenciada, a narrativa de que essas redes pan-africanas foram unidas em uma práxis anticolonial radical que transportou o centro da atividade pan-africana para a própria África e ajudou a desencadear a independência política no continente. Apresenta-se, portanto, segundo o autor, a principal forma moderna de Pan-Africanismo, que surge a partir desse momento.

Os capítulos restantes do livro analisam sua vertente continental e o impacto do Pan-Africanismo após o Congresso de 1945; a formação da Organização da Unidade Africana (OUA); o *Black Power* em suas interações globais de solidariedade; movimentos culturais, intelectuais, artísticos, religiosos e trabalhistas inspirados no pan-africanismo e em uma “cultura africana” revolucionária; o Sexto e o Sétimo Congressos pan-africanos; o surgimento da União Africana no início do século XXI; e o movimento de reparações. Esses capítulos são complementados de forma útil por fotografias de arquivo e extensas notas, bem como por uma bibliografia de fontes secundárias e primárias, que constituem um tesouro de informações para aqueles que desejam aprofundar a pesquisa.

Em sua conclusão, Adi estabelece um breve debate com a obra de Imanuel Geiss, *The Pan-African Movement*,⁹ questionando a assertiva sobre a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de se definir precisamente o Pan-Africanismo (p. 381). Adi, por sua vez, assevera que buscou apresentar ao público leitor uma definição

9 Geiss, *The Pan-African Movement*.

do movimento de lutas pela unidade e libertação da África e dos africanos. Vinculado a esse debate, está também a preocupação de Hakim Adi em apresentar o Pan-Africanismo enquanto um movimento político e uma práxis que buscou concretamente, e de forma multifacetada, resolver os problemas comuns compartilhados pela África e pelos africanos (p. 385). Contudo, se essa longa história do Pan-Africanismo apresentada por Adi oferece coerência narrativa, também levanta preocupações sobre como podemos historicizar e definir o Pan-Africanismo de forma a apresentá-lo enquanto uma tradição reconhecível e distinta, ou ainda, sobre como podemos, através das lutas e movimentos que operem com alguma noção de África e africanidade, compreender as rupturas e continuidades nestas tradições, bem como dos indivíduos nelas envolvidos.

Enquadrar o Pan-Africanismo de forma tão ampla – “para incluir todas as ideologias e movimentos que têm no seu centro a noção de unidade e avanço da África e sua diáspora” (p. 41) – sugere que se desconsidere as significativas diferenças estratégicas, epistemológicas e ontológicas que colocaram muitos dos movimentos

aqui coletados sob a bandeira do Pan-Africanismo em conflito, privilegiando seu caráter ‘Pan’. Mesmo que se considerem os “fluxos e correntes”, ainda será sob a forma “rio”, ou seu curso principal, que esse enquadramento apresentar-se-á ou privilegiará. Se o Pan-Africanismo é tudo, também não é nada. Há que se considerar, também, as dificuldades de ordenar as expectativas e ilações da miríade de identidades negras constituídas ao longo da história da diáspora negra em apenas uma visão de ‘africano’ ou ‘africanismo’.

Uma sugestão é a de que o encontro com a obra resenhada avance no debate iniciado por Hakim Adi sobre o legado de George Shepperson e os questionamentos a respeito da relação entre o conceito de Pan-Africanismo e da necessidade de uma categoria distinta que dê conta de abarcar as experiências mais gerais. Ao reavaliar a pertinência do conceito de Pan-Africanismo na década de 1960, George Shepperson denunciava que, diante de tantas referências e usos do conceito, este estava perdendo sua validade metodológica. Pan-Africanismo vinha sendo indiscriminadamente referido a toda e qualquer iniciativa negra

institucional internacional, segundo o autor. A crítica de Shepperson diante do conceito de Pan-Africanismo, que o leva a cindi-lo entre o maiúsculo e o minúsculo, residia na sua percepção de que o componente africano, e, portanto, o conceito de ‘África’, apresentava-se apenas em seu caráter histórico, enquanto repositório cultural ancestral ou originário, via de regra a partir de evocações externas – e se não de estrangeiros ao continente, certamente de *outsiders* – reivindicatórias de certa “unidade continental” ou estabilidade identitária.

Shepperson, portanto, politiza o conceito de ‘África’ e o adjetivo ‘africano’, tornando-os objetos vistos em seus aspectos diversos, polifônicos, mas, sobretudo, para que ajudassem a qualificar as transformações, rupturas e continuidades nas ideologias negras da primeira metade do século XX. Ou seja, reivindicava metodologicamente que o caráter africano deixasse de ser visto enquanto uma origem mítica ou territorial fornecedora de uma identidade estável diante das vanguardas negras da diáspora e possibilitasse perceber, sobretudo, suas diferenças e particularidades transnacionais. A historicidade do conceito de África

seria o foco principal. Esse movimento, acredito, aponta para a importância em demarcar quando e como indivíduos oriundos do continente africano começaram a operar com tal conceito de África formulado por intelectuais e pesquisadores de fora do continente e a modificá-lo, por exemplo.

Nesse sentido, devemos seguir questionando os limites impostos por um conceito de Pan-Africanismo (tal qual fez Shepperson em plena década de 1960) que se limita a estudar os movimentos e ideias vinculadas à construção da unidade africana (ou, antes, de um tipo específico de unidade), mas também fragilizado por seu escopo amplo e pouco metodológico, assim como por seu uso político. A proposta que surge, então, é utilizar o conceito de diáspora para que se analise (e porventura até sejam comparados) não apenas tais impulsos e ações rumo à construção da unidade continental africana, mas uma (ou várias) tradição de pensamento negro que colocou o tráfico atlântico e o sistema escravista nas reflexões da formação da modernidade ocidental e do capitalismo moderno, bem como o colonialismo e o imperialismo enquanto

vetores de transformações internas ao continente africano, mas que ainda exerciam processos de transformações e dispersões externas ao continente, que por sua vez também deveriam ser levadas em consideração na formação dos nacionalismos africanos. Como no caso de John Chilembwe, líder nacionalista da Niasalândia, influenciado pelo contexto afro-americano.¹⁰

Dessa maneira, espera-se, é possível tensionar os limites entre as possibilidades teórico-metodológicas do conceito de diáspora e o de Pan-Africanismo, afastando-se de uma sobreposição desses conceitos. Em lugar de perseguir uma definição do fenômeno da “ideia” pan-africana, ou como propõe, Adi, do Pan-Africanismo que surge desde esforços organizados com “o objetivo de união para combater o racismo e lutar pelo fim do sequestro e tráfico de africanos” durante o século XVIII, por exemplo, tentar compreender a historicidade desses esforços, bem como dos conceitos a eles relacionados. Avançando para além do esforço

narrativo de definir o fenômeno, considerar o acúmulo de reflexões propostas sobre o conceito de diáspora¹¹ possibilitará que o encontro com esta obra promova questionamentos de pesquisa dinâmicos e dinamizadores, afastando-se de um olhar vetorial ou linear. O livro de Adi, espera-se, oferecerá um

10 George Shepperson & Thomas Price, *Independent African: John Chilembwe and the Origins, Setting and Significance of the Nyasaland Native Rising of 1915*, Edinburgh: Edinburgh University Press, 1969.

11 R.W. Beachey, *The African Diaspora and East Africa: an Inaugural Lecture Delivered at Makerere University College, Kampala, University of East Africa, 31 jul. 1967*, Nairobi: Oxford University Press, 1969; Jacob Drachler (ed.), *Black Homeland, Black Diaspora: Cross Currents of the African Relationship*, Port Washington: Kennikat Press, 1975; Martin L. Kilson & Robert Rotberg (eds.), *The African Diaspora: Interpretative Essays*, Cambridge: Harvard University Press, 1976; Graham Irwin (ed.), *Africans Abroad: a Documentary History of the Black Diaspora in Asia, Latin America, and the Caribbean During the Age of Slavery*, New York: Columbia University Press, 1977; Joseph Harris, *Global Dimensions of the Africa Diaspora*, Washington, D.C.: Howard University Press, 1982; Thomas C. Holt, *The Problem of Freedom: Race, Labour and Politics in Jamaica and Britain 1832-1938*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992; Alusine Jalloh & Stephen E. Maizlish (eds.), *The African Diaspora*, College Station: Texas University Press, 1996; Lisa Brock, “Questioning the Diaspora: Hegemony, Black Intellectuals and Doing International History from Below”, *African [Diaspora] Studies*, v. 24, n. 2 (1996), pp. 9-12, [DOI](#); James Clifford, *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge: Harvard University Press, 1997; Colin Palmer, “Defining and Studying the Modern African Diaspora”, *The Journal of Negro History*, v. 85, n. 1-2 (2000), pp. 27-32, [DOI](#).

trampolim para novos trabalhos sobre o Pan-Africanismo, sobre as formas internacionais e transnacionais de solidariedade construídas por indivíduos vinculados de alguma forma à ideia de África. Também é um lembrete de que, quase sessenta anos desde que o estudioso George Shepperson levantou a questão, o significado do Pan-Africanismo continua em disputa.

Pablo de Oliveira de Mattos  

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

doi: 10.9771/aa.v0i70.65893